



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10680.010411/2007-30  
**Recurso nº** 147.089 Voluntário  
**Acórdão nº** 2402-00.703 – 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária  
**Sessão de** 23 de março de 2010  
**Matéria** DIFERENÇAS DE CONTRIBUIÇÃO  
**Recorrente** TECIDOS E ARMARINHOS MIGUEL BARTOLOMEU S/A  
**Recorrida** SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Período de apuração: 01/11/2003 a 31/05/2004

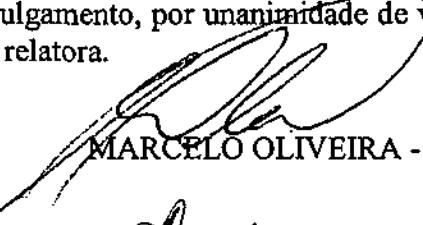
**COMPENSAÇÃO - CRÉDITO DE TERCEIROS - PREVISÃO LEGAL - PRINCÍPIO DA LEGALIDADE - VINCULAÇÃO**

Não há previsão legal para a realização de compensação com créditos adquiridos de terceiros. Pelo Princípio da Estrita Legalidade a administração pública só pode agir de acordo com o que a lei determina.

**RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os membros da 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária da Segunda Seção de Julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto da relatora.

  
MARCELO OLIVEIRA - Presidente

  
ANA MARIA BANDEIRA – Relatora

Participaram, do presente julgamento, os Conselheiros: Marcelo Oliveira, Ana Maria Bandeira, Rogério de Lellis Pinto, Lourenço Ferreira do Prado, Ronaldo de Lima Macedo e Maria da Glória Faria (Suplente).

## Relatório

Trata-se de glosa de compensações efetuadas pelo contribuinte que deixou de recolher as contribuições patronais nas competências de 11/2003 a 05/2004.

O Relatório Fiscal (fls.15/17) informa que a empresa deixou de recolher as contribuições patronais nas competências de 11/2003 a 05/2004, compensando-as indevidamente com créditos adquiridos da empresa SERVPORT – Serviços Portuários e Marítimos Ltda.

A empresa SERVPORT, por meio de ação ordinária nº 94.0049369-0, obteve declaração de inexigibilidade da contribuição previdenciária sobre os pagamentos da empresa a avulsos, autônomos e sobre o pró-labore dos administradores e sócios com base na lei nº 7.787/1989, bem como teve reconhecido o direito à compensação dos respectivos valores.

Segundo a auditoria fiscal, a SERVPORT possuía uma dívida parcelada pelo REFIS de valor superior ao crédito destinado à compensação, logo não possuía créditos para ceder a outras empresas. Além disso, não existiria previsão legal para cessão de créditos previdenciários a terceiros.

A notificada apresentou defesa (fls. 37/40) onde alega que o crédito adquirido pela mesma é reconhecido por decisão judicial passada em julgado.

Informa que o processo 2004.51.01.0117792-1 versa, unicamente, sobre a exclusão da empresa cedente do crédito do programa REFIS. Como a referida ação foi julgada procedente para determinar a reinclusão da empresa cedente do crédito no REFIS, entende que o cotejo entre débitos e créditos da cedente realizado pela auditoria fiscal não poderia considerar débitos incluídos no programa.

Aduz que possui o direito de utilizar os créditos adquiridos para compensação e que não há como serem glosadas as compensações realizadas.

Considera que o INSS deve cumprir o comando judicial que declarou o direito da SERVPORT de negociar, livremente os direitos creditícios expressos no acórdão exarado nos autos da ação.

Pela Decisão Notificação nº 11.401.4/0676/2006 (fls. 219/225), o lançamento foi considerado procedente.

Contra tal decisão, a notificada apresentou recurso tempestivo (fls. 236/244) onde apresenta a mesma argumentação de defesa.

O recurso teve seguimento por força de decisão judicial que autorizou o processamento do recurso mediante arrolamento de bens.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Ana Maria Bandeira, Relatora

O recurso é tempestivo e não há óbice ao seu conhecimento.

A recorrente apresenta seu inconformismo pelo fato da compensação efetuada pela mesma ter sido considerada sem amparo legal pela auditoria fiscal.

A singularidade do caso se dá em virtude da recorrente haver utilizado na compensação, créditos pertencentes a empresa diversa, qual seja, a Servport Serviços Marítimos e Portuários Ltda. que obteve decisão favorável nos autos do processo nº 94.00.49369-0, cujo objeto seria a declaração da inexistência de relação jurídico-tributária entre a suplicante e o INSS, no tocante à exigibilidade da exação instituída pelo art. 3º, inciso I, da Lei 7787/89 e art. 22, inciso I, da Lei nº 8.212/91, incidente sobre o pagamento de autônomos e administradores, bem como assegurar o direito de compensar indébito pago sob a égide dos citados dispositivos.

A autora da ação SERVPORT cedeu os direitos creditórios que detinha à recorrente.

A recorrente alega ser possível a compensação efetuada, entretanto, não lhe confiro razão.

As contribuições previdenciárias possuem regramento e disciplina próprios, somente sendo autorizada sua realização, em caso de pagamento indevido das contribuições à Seguridade Social administradas à época pelo INSS, conforme dispositivo legal abaixo transcrito, na redação vigente à época em que foram realizadas as compensações:

Lei nº 8.212/1991

*"Art. 89. Somente poderá ser restituída ou compensada contribuição para a Seguridade Social arrecadada pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS na hipótese de pagamento ou recolhimento indevido.*

*§ 1º Admitir-se-á apenas a restituição ou a compensação de contribuição a cargo da empresa, recolhida ao INSS, que, por sua natureza, não tenha sido transferida ao custo de bem ou serviço oferecido à sociedade.*

*§ 2º Somente poderá ser restituído ou compensado, nas contribuições arrecadadas pelo INSS, o valor decorrente das parcelas referidas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 desta Lei."*

O Código Tributário Nacional estabelece que a compensação é matéria a ser autorizada por lei. A lei que disciplina e autoriza a compensação no âmbito das contribuições

previdenciárias é a Lei nº 8.212/91, não existindo legislação que expresse de forma cabal a possibilidade de se efetuar compensação com créditos de terceiros.

A Administração Pública zela pelo Princípio da Legalidade Estrita, segundo o qual deve obediência ao que a lei explicitamente dispõe.

A compensação com a utilização de créditos de terceiros encontra óbice na falta de previsão legal.

O Código Tributário Nacional dispõe em seu art. 170 que “a lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.”

A exegese do dispositivo deixa clara não apenas a vinculação da compensação à lei específica, como também o fato de que a compensação deve se dar com créditos do próprio sujeito passivo.

A impossibilidade de realizar compensação com crédito de terceiros é reconhecida pelos Tribunais Pátrios, conforme se verifica na decisão abaixo transcritas:

AgRg no Ag 827639 / RS, da relatoria do Min. José Delgado, DJ 27.09.2007

*“AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO.  
TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÃO DE DÉBITO DE ICMS COM  
CRÉDITOS ALIMENTARES HABILITADOS EM  
PRECATÓRIOS. TRIBUTOS DISTINTOS. PESSOAS  
JURÍDICAS DIFERENTES. IMPOSSIBILIDADE.”*

*1. Cuida-se de agravo regimental em agravo de instrumento no qual a agravante pretende a reforma da decisão que negou direito de compensar os seus débitos com o ICMS com créditos alimentares vencidos, habilitados em precatórios judiciais, adquiridos por cessão de direitos, ou seja, de outra pessoa jurídica, no caso o IPERGS.*

*2. A compensação tributária somente é permitida entre tributos e contribuições da mesma natureza, sendo proibida a compensação de créditos entre pessoas jurídicas distintas.”*

*3. Agravo regimental não-provado.*

No âmbito do Conselho de Contribuintes, a compensação com crédito de terceiros também não encontra acolhida, conforme se depreende das decisões, cujas ementas transcrevo abaixo:

Récurso 139334, Sessão 19/10/2007, Acórdão 202-18448

*Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário*

*Período de apuração: 01/04/1981 a 30/04/1985*

*Ementa: COMPENSAÇÃO NÃO HOMOLOGADA. CRÉDITO DE TERCEIROS DECORRENTE DE DECISÃO JUDICIAL. É ilegítima a compensação baseada em crédito-prêmio do IPI cedido por terceiros, mesmo que o crédito tenha sido reconhecido em decisão judicial, que não se manifestou a*

*respeito. MULTA ISOLADA. FRAUDE. A utilização de crédito-prêmio do IPI cedido por terceiros, na compensação em PER/DComp, por si só, não caracteriza evidente intuito de fraude, não justificando a exigência da multa isolada majorada de 150%.*

*Recursos de ofício e voluntário negados."*

Recurso 128959, Sessão 12/04/2005, Acórdão 303-31951

*"COMPENSAÇÃO DE TRIBUTOS COM CRÉDITOS DE TERCEIROS. Descabe a compensação de débitos de natureza tributária com créditos de terceiros - vedação expressa na IN/SRF 41/2000 e art. 74 da Lei 9.430/96, alteração introduzida pela Lei 10.637/2002. RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO."*

Face à impossibilidade de efetuar compensação com créditos de terceiros, torna-se desnecessária a discussão a respeito da situação da empresa cedente, a SERVIPORT, no que tange à exclusão e posterior reinclusão no REFIS.

Nesse sentido, ainda que não houvesse controvérsia em relação aos créditos da cedente, não seria possível efetuar a compensação com os citados créditos.

Diante de todo o exposto e de tudo o mais que dos autos consta.

Voto no sentido de **CONHECER** do recurso e **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

É como voto.

Sala das Sessões, em 23 de março de 2010

  
ANA MARIA BANDEIRA - Relatora